



## **Boletim de Indicadores Fiscais**

### **Estado do Maranhão**

Poder Executivo  
3º Quadrimestre de 2017

Fevereiro de 2017

## **Introdução**

A Lei Complementar nº 101/2000 – mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou mais necessário o acompanhamento, no cotidiano do setor público, da Receita Corrente Líquida (RCL), das Despesas Líquidas com Pessoal (DLP) e a relação percentual entre as duas.

Segundo a Lei, cabe ao Poder Executivo o comprometimento de, no máximo, 49,00% da RCL com a despesas com pessoal e, em termos prudenciais, 46,55% da RCL. Quando esses limites não são respeitados, os Chefes dos Poderes sofrem sanções legais como, por exemplo, a proibição de criação de novos cargos e até restrições na obtenção de crédito, entre outras previstas nos artigos 22 e 23 da lei.

Para buscar a transparência na gestão fiscal, a LRF prevê a divulgação de dois relatórios: o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). O RREO apresenta as receitas e despesas detalhadas, bimestralmente. O RGF destaca, principalmente, as despesas com pessoal e as dívidas.

\*\*\*

## **O Estado do Maranhão**

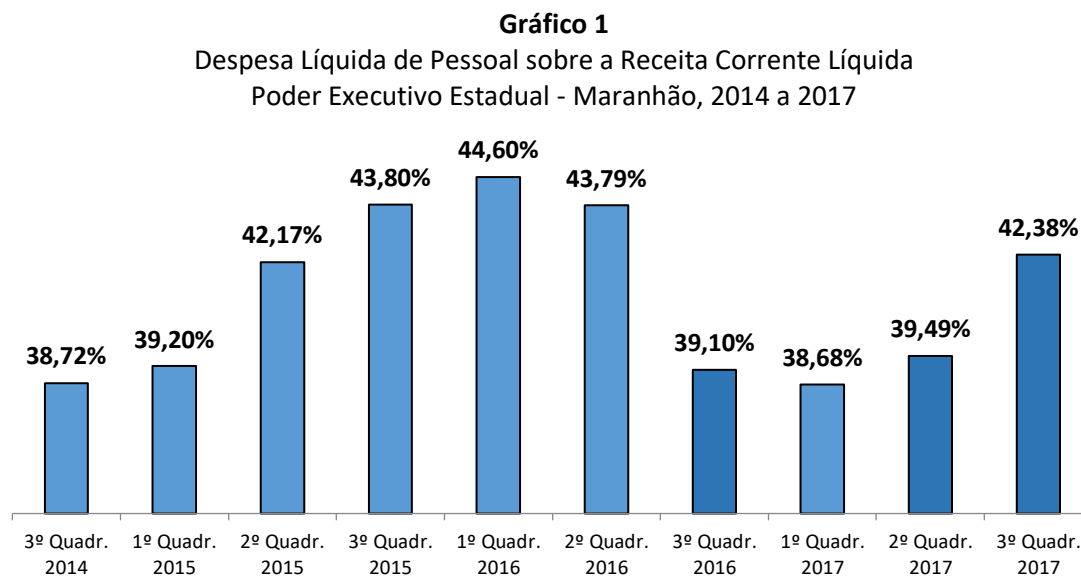
O Tesouro Nacional divulgou recentemente o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Maranhão, referente ao 3º quadrimestre de 2017, conforme estabelecido pela LRF. Os resultados apresentados no relatório se referem ao acumulado no ano de 2017.

Dentre os principais resultados do Estado, destaca-se o crescimento de gasto com o pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, de 7,3% em relação ao quadrimestre anterior. Esse é o segundo aumento consecutivo, desde o 1º quadrimestre de 2017, e a queda da Receita corrente líquida ajuda a explicar este aumento. Contudo, o Estado do Maranhão apresenta-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com possibilidade de aumento da despesa de pessoal.

A despesa bruta de pessoal registrou crescimento, principalmente, em razão dos gastos com os aposentados e pensionistas que cresceram 9,5% na comparação com o mesmo período de 2016. Apesar deste crescimento, as despesas não computadas aumentaram em um ritmo maior (7,47%), que a despesa bruta de pessoal (5,81%), que por sua vez, desacelerou o crescimento da despesa líquida de pessoal (5,39%).

## Despesas líquida de pessoal e a Receita corrente líquida

No último quadrimestre, a despesa líquida de pessoal foi de 42,38% da receita corrente líquida. Houve aumento de 7,3% em relação ao quadrimestre anterior, quando passou de 39,49% para 42,38%. Nota-se aumento, quando comparado com o mesmo quadrimestre do ano anterior, quando saiu do patamar de 39,10% para 42,38%.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE.

O aumento das despesas com pessoal em relação a receita pode ser resultado do aumento dos gastos com pessoal e/ou da queda de receita. No 3º quadrimestre de 2017, verifica-se queda da receita em -3,97% e aumento dos gastos com pessoal em 3,06%, em relação ao quadrimestre anterior. Em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, houve queda da receita (-2,78%) e aumento das despesas com pessoal em 5,39%.

**Tabela 1**  
Receita Corrente Líquida Real e Despesa Líquida de Pessoal Real  
Maranhão - Poder Executivo - Quadrimestres de 2014 a 2017 (Em Milhões)

Período	Receita Corrente Líquida	Variação (%) em relação ao		Despesa Líquida de Pessoal	Variação (%) em relação ao	
		quadrim. anterior	mesmo quadrim. do ano anterior		quadrim. anterior	mesmo quadrim. do ano anterior
3º Quadr. 2014	12.445,3			4.819,4		
3º Quadr. 2015	12.040,5	-0,74%	-3,25%	5.274,0	3,11%	9,43%
3º Quadr. 2016	12.863,3	6,58%	6,83%	5.029,4	-4,83%	-4,64%
3º Quadr. 2017	12.505,3	-3,97%	-2,78%	5.300,3	3,06%	5,39%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE.

## Limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

Em termos monetários, a receita foi de R\$ 12,5 bilhões e a despesas com pessoal foi de R\$ 5,3 bilhões, comprometendo 42,38% desta receita. Considerando os limites estabelecidos pela LRF, a despesa de pessoal poderia atingir até R\$ 5,8 bilhões sem ultrapassar o limite prudencial (46,55%) e chegar até R\$ 6,1 bilhões para o limite máximo (49%).

**Tabela 2**  
Possibilidade de aumento da Despesa de Pessoal  
Maranhão - Poder Executivo - 3º quadrimestre de 2017

Item	Em Milhões				
	3º Quadrimestre 2017 (A)	Limite Prudencial (B)	B-A	Limite Máximo (C)	C-A
Receita Corrente Líquida (A)	12.505,3				
Despesa Líquida com Pessoal (B)	5.300,3	5.821,1	521,1	6.127,5	827,5
% de Comprometimento	42,38%	46,55%	9,83%	49,00%	15,61%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA médio.

Em resumo, considerando o 3º quadrimestre, o Estado do Maranhão não possui restrição fiscal para concessão de aumento de despesa de pessoal, podendo aumentar o gasto em até R\$ 521 milhões, considerando o limite prudencial, ou R\$ 827,4 milhões, considerando o limite máximo. Posto que a despesa líquida com pessoal se encontra dentro dos intervalos determinados pela LRF.

### Despesa Bruta com Pessoal

A despesa bruta de pessoal demonstra todos os gastos do ente da Federação com os trabalhadores ativos, aposentados e os pensionistas. Além disso, outras despesas decorrentes de contratos de terceirização também são computadas.

As despesas com pessoal ativo representam 71,7% do total (R\$ 4,8 bilhões), enquanto as despesas com aposentados e pensionistas são responsáveis por 28,3% (R\$ 1,9 bilhões).

Em comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior, nota-se crescimento real de 5,8% na despesa bruta com pessoal, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 6,7 bilhões. A maior variação registrada foi o crescimento de 9,5% das despesas com aposentados e pensionistas, que foram de R\$ 1,7 bilhões para R\$ 1,9 bilhões no 3º quadrimestre de 2017. No mesmo período, as despesas com pessoal ativo foram de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 4,8 bilhões, registrando variação de 8,2%. Houve redução significativa de outras despesas de terceirização.

Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, verifica-se que a despesa com aposentados e pensionistas (3,3%) teve desempenho superior ao da despesa com ativos (2,9%).

**Tabela 3**  
**Despesa Bruta de Pessoal, em valores reais**  
**Maranhão - Poder Executivo - 3º quadrimestre de 2016 ao 3º quadrimestre de 2017**  
**Em Milhões**

Período	Ativos	Em %	Aposentados e Pensionistas	Em %	Outras Desp. Terceirização	Em %	Despesa Bruta c/ Pessoal
3º quadrimestre de 2016	4.418	70,13%	1.723	27,36%	158	2,51%	6.300
1º quadrimestre de 2017	4.491	70,13%	1.767	27,59%	146	2,28%	6.404
2º quadrimestre de 2017	4.645	71,50%	1.826	28,11%	25	0,38%	6.497
3º quadrimestre de 2017	4.778	71,69%	1.887	28,30%	1	0,01%	6.665
Variação (%) em relação ao 2º quadrimestre de 2017	2,9%		3,3%		-97,6%		2,6%
Variação (%) em relação ao 3º quadrimestre de 2016	8,2%		9,5%		-99,6%		5,8%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE. Valores corrigidos pelo IPCA médio.

### Despesas não computadas

No relatório de gestão fiscal são apresentadas as despesas totais com pessoal, no entanto, para fins de apuração do limite fiscal são descontadas as indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; e gastos com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, isto é,  $(DTP^1 = DBP^2 - \text{despesas não computadas})$ .

As despesas não computadas apresentaram crescimento real de 7,47%, de R\$ 1,3 bilhões para R\$ 1,4 bilhões, quando comparado com o mesmo quadrimestre do ano anterior. Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior o aumento foi de 0,86%. Este crescimento pode ser explicado pela despesa de inativos e pensionistas com recursos vinculados que representam 98,92% das despesas não computadas. Elas registraram crescimento de 1,11%, em comparação ao quadrimestre anterior, e 7,74%, quando comparadas com o mesmo quadrimestre do ano anterior.

Cabe destacar que as despesas não computadas aumentaram em um ritmo maior (7,47%) que a despesa bruta de pessoal (5,81%), que por sua vez, desacelerou o crescimento da despesa líquida de pessoal (5,39%).

<sup>1</sup> DTP (Despesa total de pessoal)

<sup>2</sup> DBP (Despesa bruta de pessoal)

**Tabela 4**  
Despesas não computadas, em valores reais  
Maranhão - Poder Executivo - 2016 a 2017

Despesas	Período			Variação (%) em relação	
	3º Quadri. 2016	2º Quadri. 2017	3º Quadri. 2017	ao quadrim. anterior	ao mesmo quadrim. do ano anterior
	<b>Bruta com o pessoal</b>	6.299.552,0	6.496.527,2	6.665.338,6	2,60%
<b>Não computadas</b>	1.270.170,6	1.353.410,1	1.365.072,5	0,86%	7,47%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	983	2.274	2.716	19,45%	176,20%
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0	0	0	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	15.931	15.627	12.065	-22,79%	-24,26%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.253.257	1.335.509	1.350.291	1,11%	7,74%
<b>Total com Pessoal</b>	5.029.381,4	5.143.117,1	5.300.266,2	3,06%	5,39%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE. Valores corrigidos pelo IPCA médio.

### Indicadores fiscais

A lei de responsabilidade fiscal ainda limita o endividamento dos entes federados, entre os principais indicadores fiscais, podemos destacar a relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). A DCL corresponde à dívida pública consolidada deduzidas o saldo dos haveres financeiros. Consiste em operações de crédito e precatórios judiciais.

Os limites percentuais da relação DCL/RCL, previstos na Resolução do Senado Federal nº 40, são, no caso dos Estados e do Distrito Federal, duas vezes a receita corrente líquida. Caso o ente da Federação ultrapasse o limite estabelecido, ficará proibido de realizar operações de crédito interno ou externa, e deverá obter resultado primário para recondução da dívida ao limite. Se ao término de três quadrimestres o indicador permanecer superior ao limite, o ente também será impedido de receber transferências voluntárias da União.

Conforme visto anteriormente, a receita corrente líquida real permaneceu constante 0,5% nos últimos três anos, de R\$ 12,4 bilhões para R\$ 12,5 bilhões, enquanto a dívida consolidada líquida cresceu 11,5%, de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 6,4 bilhões. Deste modo, o indicador de comprometimento da relação entre dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida foi de 46,3% para 51,3%.

Ao longo dos últimos três anos, o menor valor registrado da relação entre DCL/RCL foi de 33,2% no 1º quadrimestre de 2017, o maior de 51,3%, no 3º quadrimestre de 2017. Mesmo com o aumento, no período analisado, o Estado do Maranhão não atingiu o limite de endividamento.

**Tabela 5**

Receita Corrente Líquida e Dívida Consolidada Líquida, em valores reais - Maranhão - Poder Executivo - 2014 a 2017

Em milhões

Período	Receita Corrente Líquida (RCL)	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	DCL/RCL	Variação (%) em relação	
				ao quadrim. anterior	ao mesmo quadrim. do ano anterior
3º quadrimestre de 2014	12.445,3	5.757,4	46,3%		
1º quadrimestre de 2015	12.471,8	5.451,3	43,7%	-5,32%	
2º quadrimestre de 2015	12.130,5	5.629,2	46,4%	3,26%	
3º quadrimestre de 2015	12.040,5	5.902,7	49,0%	4,86%	2,52%
1º quadrimestre de 2016	11.773,4	5.555,2	47,2%	-5,89%	1,91%
2º quadrimestre de 2016	12.068,7	4.718,7	39,1%	-15,06%	-16,18%
3º quadrimestre de 2016	12.863,3	5.466,2	42,5%	15,84%	-7,40%
1º quadrimestre de 2017	13.102,9	4.345,1	33,2%	-20,51%	-21,78%
2º quadrimestre de 2017	13.022,7	4.612,7	35,4%	6,16%	-2,25%
3º quadrimestre de 2017	12.505,3	6.419,3	51,3%	39,17%	17,44%
Variação (%) em relação aos últimos três anos	0,48%	11,50%			

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração DIEESE. Valores corrigidos pelo IPCA médio.